



RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO

DA PROPOSTA DE LEI

SOBRE OS BIOCOMBUSTÍVEIS

RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO

I. ENQUADRAMENTO

O presente Relatório visa expor os fundamentos técnico-legais e circunstanciais que estão na base da proposta de Lei sobre os Biocombustíveis.

II. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Em Angola, foram dados os primeiros passos para dinamizar o sector dos biocombustíveis com a aprovação da Resolução do Conselho de Ministros nº 122/09, de 23 de Dezembro, que estabelece a estratégia para o desenvolvimento dos biocombustíveis. Essa estratégia culminou com a aprovação da Lei n.º 6/10, de 12 de Abril (“Lei sobre os Biocombustíveis”), atualmente em vigor, que regula as actividades inerentes à produção de biocombustíveis e estabelece as bases gerais para dinamizar o cultivo da cana-de-açúcar e de outras plantas, tendo em vista o aproveitamento dos seus produtos, em especial para produção de biocombustíveis. Desse modo, a referida Lei, é aplicável a todas entidades públicas e privadas, que se dediquem a agroindústria de média e grande escala, bem como a produtores agrícolas que cultivem cana-de-açúcar e outras plantas cuja colheita vendam a projectos agroindustriais de produção de biocombustíveis.

Contudo, a estratégia mencionada, bem como a lei, não contem o tratamento devido a outras culturas e matérias-primas atualmente utilizadas na produção de biocombustíveis relevantes para a diversificação da economia e fontes de energia, redução da dependência dos combustíveis fósseis e de gases de efeito estufa, como por exemplo o biogás, biodiesel, etanol, biometano, combustível de aviação sustentável, entre outros. Assim, revelou-se necessário proceder à aprovação de uma nova Lei sobre os Biocombustíveis com o propósito de fomentar a produção e utilização de biocombustíveis em Angola para impulsionar o sector.

No que toca a concessão de incentivos para o exercício das actividades relacionadas com a produção de biocombustíveis, a Lei n.º 6/10, de 12 de Abril, no seu artigo 5.º, remete o tema para os incentivos previstos nos termos da Lei n.º 11/03, de 13 de Maio – Lei de Bases do Investimento Privado, e Lei n.º 17/03, de 25 de Julho – Sobre os Incentivos Fiscais e Aduaneiros ao Investimento Privado, ou em outros instrumentos legais aplicáveis.

Note-se que, actualmente as leis acima referidas sobre a promoção do investimento privado, encontram-se revogadas em virtude do processo de alterações legislativas, iniciado em 2011, que culminou com a aprovação da Lei n.º 10/21, de 10 de Junho, que alterou a Lei n.º 10/18, de 26 de Junho – Lei do Investimento Privado, e procedeu à sua republicação, bem como aprovou, pela Lei n.º 8/22, de 14 de Abril, o Código dos Benefícios Fiscais.

Considerando o tempo decorrido desde a aprovação da referida estratégia e Lei sobre os Biocombustíveis, a evolução observada no sector dos biocombustíveis a nível mundial e os adventos da transição energética, bem como a existência de referências a diplomas que se encontram revogados na Lei sobre os Biocombustíveis, tornou-se imperioso a revisão dos diplomas aplicáveis para reajustar o quadro legal existente e proporcionar maior atracção de investimento nacional e estrangeiro.

Neste sentido, no âmbito da aposta nas energias renováveis, a promoção da produção e utilização de biocombustíveis passou a ser essencial para que Angola cumpra as suas metas de energias

renováveis e compromissos nacionais em matérias de alterações climáticas, garantindo ainda a segurança de abastecimento energético a médio e longo prazo.

Com efeito, torna-se necessária a definição de critérios de sustentabilidade dos biocombustíveis, a promoção da incorporação de biocombustíveis no consumo final do sector dos transportes, em substituição dos combustíveis fósseis, a promoção de práticas agrícolas e florestais sustentáveis e utilização de biomassa renovável na produção de biocombustíveis, estreitando a ligação com a agricultura nacional e as soluções ligadas aos biocombustíveis avançados e convencionais.

Deste modo, a presente lei estabelece os critérios para a qualificação dos biocombustíveis e de sustentabilidade dos mesmos e cria mecanismos de apoio ao cumprimento das metas, através da criação dos certificados de qualidade de biocombustíveis como mecanismo de monitorização e controlo da incorporação de biocombustíveis no sector dos transportes.

Noutra vertente, a presente lei visa introduzir medidas adequadas para a prevenção de alterações, ainda que de modo indirecto, à estrutura de utilização dos solos que leve à redução de biodiversidade e emissões de gases com efeito estufa.

Através do desenvolvimento do sector dos biocombustíveis a nível nacional, esta lei vem também incentivar a criação de emprego e fixação de populações e criação de riqueza em comunidades rurais.

Acresce que o eficaz desenvolvimento do sector dos biocombustíveis no mercado angolano e a atração de investimento para este sector só será possível caso os biocombustíveis sejam competitivos, pelo que serão necessárias medidas de promoção e incentivos, seja através de ajuda financeira, seja através de isenções fiscais ou aprovação de políticas fundiárias e mecanismos que permitam garantir e simplificar a atribuição de terras necessárias para o desenvolvimento de projetos no sector.

Importa ainda salientar que a lei prevê medidas que incentivam a participação de pequenos produtores de biocombustíveis e que garantam a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva de biocombustíveis, neste último caso, através da criação de selo social de biocombustível.

A. Objectivos a serem alcançados

A presente proposta de lei visa sobretudo:

- Auxiliar no suprimento de parte das necessidades energéticas nacionais, promovendo a diversificação da matriz energética nacional e a redução da dependência das exportações do petróleo e gás e ajudar a atingir as metas nacionais de descarbonização;
- Desenvolvimento das infraestruturas-nacionais através do reaproveitamento da infra-estrutura e activos existentes e da construção de novas infra-estruturas de transporte, energia e telecomunicações;
- Criação de empregos ao longo da cadeia produtiva de biocombustíveis, desde a agricultura e processamento da matéria-prima até à distribuição e comercialização dos biocombustíveis;
- Promover a produção de culturas agrícolas para a produção de biocombustíveis, com vista à promoção do desenvolvimento autossustentável do País e em simultâneo, implementar medidas adequadas para a manutenção da segurança alimentar;
- Promover a utilização de subprodutos como os resíduos agrícolas, florestais e urbanos através da diferenciação entre biocombustíveis convencionais e avançados;

- Criação de critérios de sustentabilidade e mecanismos que incentivem e assegurem o cumprimento dos mesmos, como por exemplo, os selos de biocombustíveis;
- Criação do selo social de biocombustível como instrumento de incentivo de aquisição de matérias-primas a pequenos agricultores por investidores em projetos de produção de biocombustíveis;
- Incentivar o investimento interno e externo no sector dos biocombustíveis;
- Auxiliar na redução de emissões de gases de efeito estufa;
- Promover a utilização de solos que cumpram os critérios de sustentabilidade estabelecidos na lei;
- Clarificar que o acesso aos terrenos necessários é realizado nos termos da legislação em vigor, e reconhecer o direito dos promotores de projectos a escolherem os terrenos melhores adequados à implementação de projectos, salvaguardando, a legislação fundiária e as políticas territoriais existentes;
- Incentivar a incorporação de biocombustíveis no mercado nacional através do estabelecimento de metas de incorporação de biocombustíveis no mercado nacional;
- Incentivar e impulsionar a exportação de energias verdes através da exportação de matérias-primas e biocombustíveis, sem limitar a sua natureza;
- Assegurar a aplicação de benefícios e incentivos fiscais existentes e futuros ao sector de biocombustíveis;
- Incentivar a participação de pequenos produtores na produção de biocombustíveis através da implementação de medidas que promovam a sua participação;
- Promover a mistura de biocombustíveis nos combustíveis fósseis, com vista à consolidação do bioetanol e do biodiesel, como alternativas complementares à gasolina e ao gasóleo, respectivamente, para as reservas energéticas do País;
- Desenvolvimento das comunidades rurais ao proporcionar uma fonte adicional de rendimento para os agricultores e contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico destas áreas;
- Promoção de projectos de investigação, de inovação tecnológica e de equipamentos utilizados no desenvolvimento do sector dos biocombustíveis;
- Prever a possibilidade de uma “one stop shop”, isto é, a criação de um serviço de apoio que congregue numa única estrutura os diferentes serviços administrativos necessários à implementação de projectos de biocombustíveis, a fim de promover a celeridade e facilitar o acesso de potenciais investidores ao exercício das actividades de biocombustíveis.

III. CONCLUSÕES

Dada a especificidade da produção de biocombustíveis, recomendamos a aprovação da presente lei.

IV. NECESSIDADE DA FORMA PROPOSTA PARA O DIPLOMA

Propõe-se que o diploma assuma a forma de Lei, ao abrigo das disposições combinadas da alínea b) do artigo 161.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 166.º, todos da Constituição da República de Angola.

V. ACTUAL ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A matéria objecto da presente proposta encontra-se regulada pelas disposições combinadas da alínea b) do artigo 161.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 166.º todos da Constituição da República de Angola.

VI. SUMÁRIO A PUBLICAR NO DIÁRIO DA REPÚBLICA

Eis o sumário que deve constar na I Série do Diário da República:

“Lei n.º ____/24, de ____ de _____, “”

VII. NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Eis a nota que se aconselha para os órgãos de comunicação social:

“A Assembleia Nacional aprovou hoje a Lei sobre os Biocombustíveis.”

VIII. ENTIDADES CONSULTADAS

---;
---;
---.

IX. ESTRUTURA DA LEI

Artigo 1.º (Objecto)

Artigo 2.º (Âmbito de aplicação)

Artigo 3.º (Definições)

Artigo 4.º (Princípios gerais)

Artigo 5.º (Objectivos)

Artigo 6.º (Entidade Reguladora)

Artigo 7.º (Metas nacionais de incorporação)

Artigo 8.º (Matéria-prima para a produção de Biocombustíveis)

Artigo 9.º (Princípio de sustentabilidade)

Artigo 10.º (Produção de biomassa agrícola em terrenos ricos em biodiversidade)

Artigo 11.º (Produção de biomassa agrícola em terrenos com elevado teor de carbono)

Artigo 12.º (Produção de biomassa florestal)

Artigo 13.º (Critérios para a redução dos gases com efeito de estufa e cálculo do impacto dos biocombustíveis)

Artigo 14.º (Requisitos para o cumprimento dos critérios de sustentabilidade e redução de emissões de GEE)

Artigo 15.º (Condições de incorporação e obrigações de informação)

Artigo 16.º (Comunicação da incorporação)

Artigo 17.º (Certificados de qualidade de biocombustíveis)

Artigo 18.º (Emissão do certificado de qualidade de Biocombustíveis)

Artigo 19.º (Avaliação dos critérios de sustentabilidade para emissão do certificado de qualidade de biocombustíveis)

Artigo 20.º (Prestação de informação para a transação do certificado de qualidade de biocombustíveis)

Artigo 21.º (Cancelamento do certificado de qualidade de Biocombustíveis)

Artigo 22.º (Crédito de Biocombustíveis)

Artigo 23.º (Atribuições e competências sobre as atividades dos biocombustíveis)

Artigo 24.º (Controlo da origem dos biocombustíveis)

Artigo 25.º (Concessão de direitos fundiários)

Artigo 26.º (Terrenos para cultivo de matérias-primas)

Artigo 27.º (Fomento ao emprego)

Artigo 28.º (Envolvimento das Comunidades Locais)

Artigo 27.º (Trabalhadores angolanos, bens e serviços nacionais)

Artigo 28.º (Projectos agro-industriais de produção de biocombustíveis)

Artigo 29.º (Exercício da actividade de produção de biocombustíveis)

Artigo 30.º (Comercialização de biocombustíveis)

Artigo 31.º (Preços dos biocombustíveis)

Artigo 32.º (Avaliação de impacto e licenciamento ambiental)

Artigo 33.º (Recuperação ambiental)

Artigo 34.º (Obrigações)

Artigo 35.º (Exportação de matérias-primas e biocombustíveis)

Artigo 36.º (Selo social de biocombustíveis)

Artigo 37.º (Incentivos do selo social de biocombustível)

Artigo 38.º (Subsídios, fundos de apoio e facilidade de créditos)

Artigo 39.º (Incentivos Tributários e Aduaneiros)

Artigo 40.º (Contra-ordenações)

Artigo 41.º (Fiscalização e dever de colaboração com as autoridades)

Artigo 42.º (Reservas de segurança e biocombustíveis)

Artigo 43.º (Serviço de Apoio aos Biocombustíveis)

Artigo 44.º (Regime transitório)

Artigo 45.º (Revogação)

Artigo 46.º (Entrada em vigor)

Artigo 47.º (Dúvidas e omissões)

Anexo I